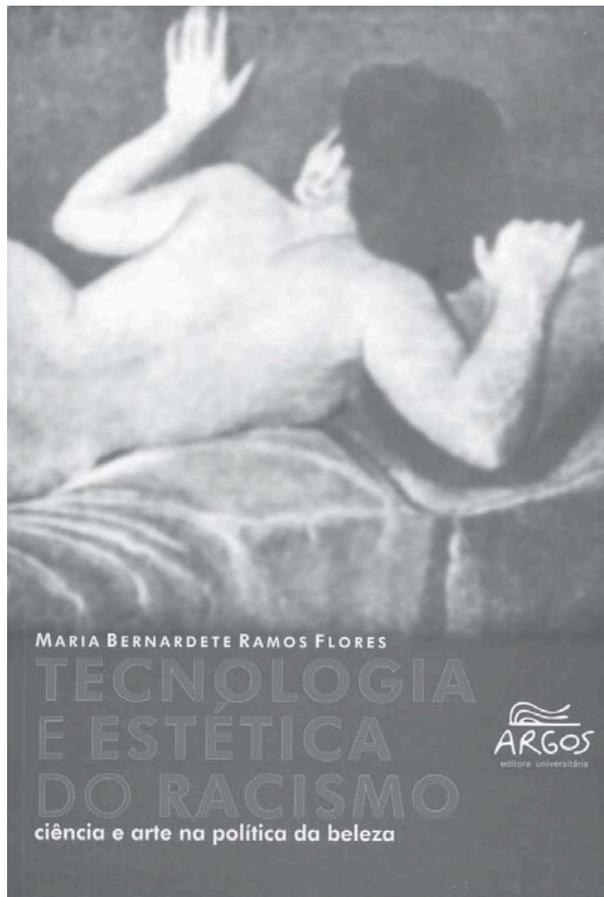


*A cultura da fealdade:
“tecnologia e estética do racismo”*



*Emerson Dionísio Gomes de Oliveira
entrevista Maria Bernardete Ramos Flores*

Emerson Dionísio Gomes de Oliveira. Mestre em História da Arte e da Cultura pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e doutorando em História pela Universidade de Brasília (UnB). dionisio@unb.br

Maria Bernardete Ramos Flores. Doutora em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Professora do Departamento de História da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Pesquisadora do CNPq. Autora, entre outros livros, de *Tecnologia e estética do racismo*. Florianópolis: Argos, 2007. bernaramos@yahoo.com.br

A cultura da fealdade: “tecnologia e estética do racismo”

Emerson Dionísio Gomes de Oliveira

entrevista Maria Bernardete Ramos Flores



Numa controvérsia sobre quais critérios estético-raciais deveriam ser utilizados na escolha das misses que representariam o Brasil nos concursos de beleza universal, o antropólogo e etnólogo Edgard Roquette-Pinto defendia que só havia um parâmetro possível: aquele que identificasse a “boa herança” da mais bela mulher brasileira da raça branca. O debate não era casual ou excêntrico, como explica Maria Bernardete Ramos Flores, em seu livro *Tecnologia e estética do racismo* (Chapecó: Argos, 2007). Pelo contrário, tratava-se de uma questão de valor supostamente patriótico, que, segundo seus defensores, era inquestionável, pois o que estava em jogo era menos a beleza da mulher brasileira (aliás, rejeitada quando o critério era a “brasileira típica”) e mais a prova de que no Brasil havia, sim, bons espécimes da “bela” raça, habilitando a nação ao progresso.

Essa história é apenas um exemplo pinçado e discutido por Flores. Homens e mulheres, de carne e osso ou de pedra, eram lançados na produção de uma tecnologia que visava a corpos perfeitos, prontos a celebrar os projetos “modernizadores” do Brasil. Seu livro é um amálgama de erudição na medida em que supera fronteiras entre as diferentes expressões artísticas, as distintas disciplinas científicas e outros campos de conhecimento, como a sociologia e a filosofia (área que a autora explora com desenvoltura). Antes, objetiva refletir sobre a cultura de raça que emergiu no século XIX e sobre o debate provocado em torno dela nas primeiras décadas do século passado.

Embora as teses raciais oitocentistas gozassem de menos credibilidade no século XX no meio científico, na cultura política dos anos 1920 elas ainda parecem ter tido seus usos. Para o eugenista brasileiro Renato Kehl, eliminar as imperfeições e as fealdades a fim de obter uma elite humana era uma questão de vontade no sentido moral e político: “o homem capaz de talhar no mármore a Vênus, é capaz também de moldar plasticamente toda a humanidade” (p. 62), escreve em *A cura da fealdade*, de 1933. O senso estético é indissociável das formulações científicas, como mostra o trecho.

Nessa órbita, Flores não se furta ao debate político. Ela nos mostra que as políticas estéticas da raça, com suas possibilidades racialistas e programas eugenistas, não foram monopólios de regimes totalitários como

o fascismo italiano e seu congênere mais radical, o nazismo alemão. Democracias ditas liberais também incentivaram uma pedagogia disciplinar da raça como elemento essencial para o desenho identitário da nação. Toda uma cultura foi criada para refletir a etnicidade.

As reflexões e as pesquisas da autora oferecem ao leitor os antecedentes dessa cultura. Um dos criadores dessas ideologias que frutificariam no oitocentos foi o conde Buffon, com sua *História natural* (1789), ao estabelecer a continuidade entre a *performance* física e o desempenho moral. Contudo, o passo determinante veio com a publicação de *Hereditary genius* (1869), de Francis Galton, que, segundo Flores, não só divulgou a crença de que o controle da hereditariedade garantia a melhora da espécie, como ajudou a instituir uma engenharia social que estabelecia que a raça humana deveria ser aperfeiçoada e que existiam instrumentos para tal.

O controle do corpo surgiu como meio para transformar grupos heterogêneos em comunidades nacionais, imaginadas. A autora percorreu uma bibliografia extensa na qual encontrou subsídios para mapear tal controle: Nina Rodrigues, Renato Kehl, Alberto Torres, Afrânio Peixoto, Oliveira Viana, Azevedo Amaral, Gustavo Barroso, Roquette-Pinto, Rocha Vaz, Fróis da Fonseca, Mário Pinto Serva, Plínio Salgado, Juliano Moreira, José de Albuquerque, Sylvio Romero, Aldazira Bittencourt e Hernani de Irajá. A lista é ampla — apenas para citar os brasileiros — e se compõe de autores que tratam o tema valendo-se de discursos que transitam desde as referências científicas até os manuais moralistas e de auto-ajuda.

Num momento que merece destaque, Flores apresenta uma síntese das questões que envolvem as representações das hierarquias de gênero no capítulo “A querela dos sexos: ou a sexualidade da cultura humana”. A autora relata o quão ameaçadoras foram as idéias de emancipação feminina surgidas no final do XIX. A ameaça havia suscitado uma rede de publicações que buscavam o retorno do masculino como ordenador social e fator de combate irrestrito à irracionalidade feminina, como elemento a ser subjugado. A leitura dessa parte da obra revela a qualidade das reflexões presentes no livro, a exemplo das refinadas análises das obras de Schopenhauer, Simmel e Freud.

O leitor não deve esperar de *Tecnologia e estética do racismo* o maniqueísmo clássico que, não raro, encontramos na literatura que trata de relações de poder. Flores oferta subsídios para repensarmos a “cultura da etnicidade” em nossos dias. A compreensão da plasticidade “não só do corpo como também da cultura” (p. 336), conforme mostrada por ela ao longo do livro, torna-se essencial para a crítica ao racismo e a rejeição a todo tipo de preconceito.

Doutora pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo com pós-doutorado pela Universidade Nova de Lisboa e pela University of Maryland, Flores é atualmente professora do Departamento de História da Universidade Federal de Santa Catarina, conhecida pela publicação de *Povoadores da fronteira: os casais açorianos rumo ao Sul do Brasil* (Florianópolis: Editora da UFSC, 1999), *Os espanhóis conquistam a Ilha de Santa Catarina* (Florianópolis: Editora da UFSC, 2005) e *A casa do baile: estética e modernidade em Santa Catarina* (Florianópolis: Fundação Boiteux, 2006). A seguir, a autora nos ajuda a compreender outras ques-

tões tratadas em *Tecnologia e estética do racismo*, numa entrevista concedida por ocasião do lançamento do livro:

EDGO: *Em seu livro, há uma afirmação de Terry Eagleton, segundo a qual “a estética nasceu como um discurso sobre o corpo”, que confere às artes visuais, sobretudo pela lente da estética moderna, uma aliança com disciplinas que não estamos habituados a vê-las juntas, como a antropologia física, a medicina legal e a biologia. Que exemplos teríamos para compreender melhor essa proximidade?*

MBRF: Justamente, a relação entre a estética, como disciplina do belo, do gosto, das sensibilidades, que se desenvolveu a partir da segunda metade do século XVIII, concomitante às disciplinas da vida, a biologia, a antropologia e a medicina, percorre todo o assunto do livro. Desde o primeiro momento da pesquisa, eu me deparei com o lema “Trabalho, saúde e beleza” do Congresso de Brasilidade de 1942, e com a afirmação do médico eugenista Renato Kehl de que o homem capaz de talhar no mármore a Vênus é capaz, também, de moldar plasticamente toda a humanidade; Instigaram-me também as obras do artista plástico e médico sexólogo Hernani de Irajá, especialmente *Sexo e beleza e morfologia da mulher*: a plástica feminina no Brasil, cuja tese é a de que os artistas acadêmicos, ao seguirem os cânones da arte clássica, prestavam um serviço aos médicos, aos antropólogos e à medicina legal. Chamou-me a atenção ainda, o fato de Roquette-Pinto, considerado um dos maiores antropólogos brasileiros, à época, entender que o concurso de misses era assunto de interesse nacional, que envolvia a política da raça. Para ele, o evento tomava o caráter de uma prova eugênica e as candidatas davam prova de amor patriótico. Em meio a isso tudo, suspeitei logo dessa relação estreita entre estética e política, entre arte e ciência, que produziu uma maquinaria, uma tecnologia populacional, a investir no corpo dos indivíduos de modo a reproduzir normotipos e alcançar o padrão estético almejado para o tipo racial desejado.

EDGO: *A referência às misses me faz pensar que, tradicionalmente, estamos habituados a pensar que as ingerências sobre os corpos das mulheres foram mais visíveis. Nessa linha, em seu trabalho podemos perceber que as teses sobre a mulher racialmente aceitável se tornam mais complexas se observarmos fenômenos, aparentemente díspares, como o culto à Maria e as idéias de Adalzir Bittencourt. É possível conciliá-las em uma única tendência ou são aspectos diferentes da tecnologia de controle do corpo da mulher?*

MBRF: Aqui há duas ordens de questões. Primeiramente, convém lembrar que homens e mulheres, como reprodutores de uma prole que conduzisse à melhoria da raça, foram objetos discursivos e sofreram, de algum modo, a intervenção de médicos, educadores, sexólogos, ensaístas, da Igreja, do Estado e da imprensa. No caso do sexo masculino, homossexuais, masturbadores, portadores de taras sexuais, loucos, leprosos, tuberculosos, sífilíticos, os que possuísem órgãos genitais mal-adaptados à cópula etc foram atingidos pela cultura moderna de raça. Já as mulheres tiveram, digamos, uma dose dupla de intervenção sobre a sua sexualidade, uma vez que a eugenia focava os eventos reprodutivos, não só a concepção da prole, mas também o nascimento e a criação. Alastrou-se assim uma pedagogia do casamento com fortes exigências para a

mulher como educadora, responsável pela saúde e higiene do lar, co-participante na construção da nacionalidade. Porém, se a Igreja via na restauração da espiritualidade, no culto da mariologia, o caminho para a mulher alcançar a plenitude da maternidade, o discurso eugênico de Adalzir Bittencout exigia da mãe um corpo saudável, reforçando seu papel biológico.

Numa outra ordem de questões, encontra-se a diversidade de pressupostos para a conquista desse Brasil moderno. O fantasma da desvirilização dos povos, que se propalou pelo Ocidente como causa da decadência da cultura ocidental, atingiu a *intelligentsia* brasileira. O exemplo mais paradigmático, analisado no meu livro, foi o pensamento de Mário Pinto Serva. Para ele, a criação de uma cultura viril, aquela dotada do espírito de progresso, da conquista, da razão, pragmática, objetiva e utilitária, superaria nosso passado degenerado, fatalista, subjetivo, retórico, sonhador, dominado, expresso na figura do Jeca Tatu. Aqui, o ser-viril, o homem como ser universal, genérico e não generificado, forte, saudável, branco, moralizado, seria o modelo almejado para contrapor-se ao não-viril, o homem doente, criminoso, tarado, homossexual. Viver virilmente significava viver na plenitude do vigor físico, da energia mental, do preceito das ciências, do governo democrático e consciente dos problemas da nação. Um povo não-viril estava associado ao desaparecimento da raça, à literatura, ao intelectualismo puramente literário, ao discurso à moda francesa, às populações analfabetas e doentes.

A cultura de raça atraiu defensores homens e mulheres, modernistas e não-modernistas, fascistas e liberais, feministas e machistas. Se as correntes católicas, espiritualizantes, intelectuais da “ordem”, combatiam a modernização tecnológica, tida como causadora da crise da moral, da família e da mulher, e buscava restaurar a velha Europa, as correntes intelectuais, modernistas ou passadistas, que defendiam a modernização do país viam na novidade norte-americana, com sua cultura fordista e utilitarista, o meio para regenerar a nação.

EDGO: *Você lembra bem que, no final do século XIX, o discurso do crepúsculo era um ruído na cultuada belle époque. No Brasil, a pretensa falência da humanidade se uniu às teorias que advogavam nossa triste origem e miscigenação. Que lugar (ou lugares) ocupou o discurso da regeneração entre os intelectuais brasileiros na República?*

MBRF: É esta a questão central do livro ou, pelo menos, é em torno dela que certas problemáticas da República nas primeiras décadas do século XX se enfeixam (questões de gênero, de investimento sobre o comportamento sexual, sobre a moral dos indivíduos, da higienização, espiritualidade ou tecnicismo cultural, sobre os estudos populacionais, do normotipo brasileiro, da formação nacional e outras mais). O mal-estar diante da miscigenação propalada como origem da “degeneração” racial, causadora de nossa civilização às avessas, levou os intelectuais a tentarem sanar esse “mal”. Obras literárias, críticas de arte, ensaios e tratados de antropologia, sexologia, sociologia, psiquiatria, medicina legal, usaram argumentos científicos e políticos para defender a tese de que havia uma parte da população, oriunda de uma “boa miscigenação”, que podia ser melhorada e transformada no carro-chefe do progresso do país. Óbvio que para isso as teorias raciais do século XIX, do determinismo racial, sofreram modificações para fazer acreditar que a

cultura, o meio, a educação, a saúde poderiam agir sobre o corpo dos indivíduos e de sua prole, embelezá-lo e transformá-lo, moral e fisicamente.

EDGO: *Um dos pontos altos de seu trabalho está na menção a um elenco de obras pretensamente literárias e científicas que não “venceram” e, portanto, não estão presentes nas narrativas que tentavam explicar o Brasil. Sexo e beleza, de Hernani de Irajá, é um exemplo entre tantos. Há como medir o impacto dessas obras na cultura da primeira metade do século XX? Os historiadores, de modo geral, estão atentos a essa circulação?*

MBRF: A descoberta dessas obras, como as de Hernani de Irajá, de Mário Pinto Serva, de Adalzira Bittencourt, Renato Kehl, ou uma leitura “armada” das obras de Afrânio Peixoto, Monteiro Lobato, Plínio Salgado e de tantos outros já muito conhecidos dos estudiosos da questão brasileira, instigou a pesquisa desde o primeiro momento. Os livros *A cura da fealdade*, do médico Renato Kehl, e *O presidente negro ou o choque das raças*: romance americano do ano 2228, de Monteiro Lobato, foram os que mais suscitaram a direção da pesquisa: a relação da eugenia com o embelezamento do corpo, da ciência com a arte, da estética com a política. Agora, você pergunta sobre o impacto dessas obras na cultura da primeira metade do século XX. Não sei se é possível medir impacto de uma obra, individualmente. Livros como *Raça e assimilação*, de Oliveira Vianna, ou *Retrato do Brasil*, de Paulo Prado, com certeza provocaram a emergência de enunciados que mexeram com o pensamento brasileiro à época. E o impacto é facilmente percebido, talvez não medido, pelas citações recorrentes entre os intelectuais dedicados às questões brasileiras. Não foi esse o caso dos livros de Hernani de Irajá, por exemplo, um médico sexólogo e artista plástico “menor”, que nunca vi citado por seus contemporâneos, embora tivesse tido uma vida ativa no meio artístico, como crítico de arte e integrante de grupos de artistas, no interior do Museu Nacional de Belas Artes e nos circuitos reconhecidos, ligados ao mercado da arte e a certas instâncias de poder. Seu nome, no entanto, não consta entre os intérpretes do Brasil e nem onde era de se esperar, na história da arte brasileira. Porém, na obra de Hernani de Irajá, podemos ver hoje um “arquivo” de referências, de repertórios, dos enunciados de verdade, dos agenciamentos de subjetividades que circulavam naquele momento. Penso que cada vez mais a história tem se debruçado sobre essas “obras-margens” (às vezes cheias de contradições, compreensíveis, aliás) que circundam e enfeixam a ordem discursiva de um tempo.

EDGO: *Pela primeira vez na história dos Estados Unidos, surge um possível candidato negro com reais chances de chegar à Casa Branca; não deixa de ser curioso hoje uma obra como O presidente negro ou o choque das raças: romance americano do ano 2228, de Monteiro Lobato. Numa perspectiva racialista, como foi o relacionamento dos intelectuais brasileiros com os modelos provenientes dos Estados Unidos nas primeiras décadas do século XX?*

MBRF: Bem, essa obra de Monteiro Lobato, *O presidente negro ou o choque das raças*:, não causa estranheza apenas hoje. Ficção científica de incursões futuroológicas, o centro da narrativa é o choque da raça negra com a branca nos Estados Unidos. Porém, o índice de crescimento dos negros foi maior que o dos brancos. O desfecho dá-se quando a raça negra bate a branca nas urnas e elege um negro para presidente. Entre-

tanto, “vence a inteligência do branco”, que esteriliza todos os negros sem que estes se dêem pela coisa. Escrito em 1928, antes de embarcar para os Estados Unidos como adido comercial, função por ele exercida entre 1929 e 1931, Lobato tinha a intenção de lá publicá-la. Mas, sua obra foi rejeitada pelos editores norte-americanos. Convém salientar que, de modo geral, *O presidente negro...* foi silenciado também no Brasil pelos estudiosos e críticos de Monteiro Lobato, pois o livro causa estranheza vindo de um autor constantemente lembrado pela imagem de político nacionalista com tendências à esquerda. Na utopia, vemos todas as referências intelectuais da eugenia que circulavam à época, algumas até já eram questionadas, como é o caso das teorias galtonianas, outras, em plena efervescência, como é o caso do neolamarckismo, com as influências de Spencer e Taine.

A cultura perfectibilista disseminou-se por todo o mundo ocidental. Na Europa, especialmente do Norte, e nos Estados Unidos houve um engajamento massivo à eugenia. Nos países católicos, como Brasil, Portugal, Espanha, as práticas eugênicas – esterilização, aborto, eutanásia etc. — não tiveram dimensões, em termos oficiais, comparáveis aos contextos europeus — Alemanha, Inglaterra — e norte-americano, todavia, a noção de melhoramento racial da população miscigenada acionou a *intelligentsia* brasileira, impulsionando médicos, sociólogos, antropólogos e educadores, a se dedicar exaustivamente ao tema. Por todo o lado, eram lidos os autores europeus: Galton, Lamarck, Hipolitte Taine, Gustave Le Bon, Gobineau, Buffon, entre outros teóricos, biólogos, endocrinologistas, sexólogos, frenologistas, criminologistas. A partir do cruzamento de pressupostos, conceitos, preconceitos e teorias, produziram-se formas de ver, descrever e avaliar o mundo, cujos procedimentos mesclavam concepções estéticas, valores morais e características físicas, aquilatando as diversas populações do globo, colocando a Europa e os Estados Unidos no topo da civilização e, em descompasso, as populações asiáticas, africanas, selvagens americanas, australianas e o Brasil miscigenado.

EDGO: *Um ponto relevante do livro é a aproximação com nosso passado português, ao mesmo tempo em que se desejavam mais imigrantes portugueses no intuito de branquear o Brasil. Como ocorreu essa aproximação?*

MBRF: Depois da Primeira Guerra Mundial, com a Liga das Nações, na partilha das nações imperialistas européias vingou o direito colonial dado às nações que dispusessem de meios para desenvolver, civilizar, modernizar a colônia. Portugal, considerado pobre e atrasado, sentiu-se ameaçado e passou a enaltecer sua história de conquista e a exaltar a sua “raça”. O Brasil, sua ex-colônia, funcionou, então, na “política do espírito” de Salazar, como a representação da capacidade civilizadora de Portugal, “criador de mundos”. O povo que “fez o Brasil” estaria igualmente apto para lançar a luz da civilização na África. Por outro lado, Portugal queria garantir a política emigratória com seus ganhos econômicos e assegurar os vínculos patrióticos com seus emigrados no Brasil, promovendo ampla propaganda nacionalista nas colônias portuguesas do Rio de Janeiro e de São Paulo. O Brasil, por sua vez, com Getúlio Vargas, encontrava-se em pleno contexto nacionalista em busca da definição de seu povo. Se, por um lado, tentava construir uma originalidade, independente da mãe-pátria, com uma língua e uma literatu-

ra próprias, por outro, criou o conceito de luso-brasileiro para amalgamar e homogeneizar a nação. Vozes como de Gilberto Freire, Afrânio Peixoto, Gustavo Barroso e, anteriormente, de Sylvio Romero, enalteciam o “elemento português no Brasil”. Porém, esse foi um movimento complexo e ambíguo. Não há unanimidade. Não me refiro tanto aos outros movimentos — pró-nação guaraníca de Manoel Bomfim ou pró-nação de origem holandesa, de menor monta —, e mais às oposições discursivas ao lançarem mão do recurso da história portuguesa como alicerce da formação da nação brasileira. Ao contrário da Argentina, como mostra a historiadora Maria Helena Capelato, no Brasil não se deu o culto da mãe-pátria para firmar a nossa identidade.

EDGO: *Em Portugal, a arte, sobretudo a pública, também foi um instrumento para a representação de um “corpo nacional” saudável? Como e em que momento isso ocorreu?*

MBRF: O enaltecimento da raça portuguesa e a valorização de sua história de conquista sob a ação de Antônio Ferro, entre 1933 e 1949, no todo-poderoso Secretariado da Propaganda Nacional do governo de Salazar, forjou uma estreita relação da estética com a política e povoou Portugal e suas colônias com uma estatuária que encarnasse os mitos da história. “Homens-de-pedra-e-cal, de capa, capote e capacete”, nas palavras de José-Augusto França, representaram padres, reis, santos, navegadores, descobridores, conquistadores, poetas e pintores, toda a galeria de heróis, esculpidos em proporções grandiosas e num realismo bem comportado, pela geração de escultores postos a serviço da encomenda oficial. O que se pode dizer é que, sob uma linguagem visual, imagética, todos os países, a Itália de Mussoline, a Alemanha de Hitler, Espanha, Estados Unidos, nações da América Latina, o Brasil estado-novista, fizeram propaganda de seu próprio regime político, valendo-se da monumentalidade, dentro do espírito clássico, como idéia universal e atemporal, por enfeixar valores comuns a todo Ocidente, desde a Antiguidade.

EDGO: *Num movimento diverso, suas pesquisas também exploraram as apropriações e leituras do mito de Caliban por intelectuais distintos, como o uruguaio José Enrique Rodo e os brasileiros Oliveira Lima e Plínio Salgado. O quanto esse mito, que cremos ser tão nosso — brasileiro — é de fato uma representação mais ampla?*

MBRF: Caliban, personagem criada por Shakespeare na peça *The tempest*, em 1611, tem sido incrivelmente reelaborado. Mas isso é o próprio caráter de qualquer mito. O mito acontece na narrativa e, como tal, prescinde da origem para, exatamente, adquirir significado diferente nas reaparições em contextos históricos específicos. Ao seguirmos a trajetória de Caliban, vemos que o terreno onde ele se realiza, se metamorfoseia e se transveste de simbolismos e metáforas, nos seus quase 400 anos de existência, é a história da colonização moderna e seus desdobramentos de cunho raciais, que acompanharam a formação das nações e conseqüentes hierarquias nacionais, ao configurarem o corpo do cidadão nas identidades nacionais. É no século XVIII, época da emergência das teorias raciais, que as interpretações da peça de Shakespeare associam seu Caliban com a colonização da América e dizem que a raiz etimológica de Caliban é o “canibal/caraíba” das Antilhas. O Caliban, o selvagem e deformado escravo da peça de Shakespeare, no uso que dele fazem o uruguaio José Enrique Rodo e os brasileiros Oliveira Lima e Plínio Salga-

do, transmuta-se na imagem da força bruta, do trabalho, da torpeza e da sensualidade, para fazer alusão à cultura norte-americana, num repúdio ao seu utilitarismo, pragmatismo e materialismo. O Caliban antropofágico de Oswald de Andrade faz um desvio, pois, se o Caliban de Shakespeare é o caraíba das Antilhas, irmão do tupi brasileiro, ele é tomado como metáfora da resistência, pela devoração (na metáfora da comilança do bispo D. Pedro Sardinha) dos valores culturais do estrangeiro e sua transformação num produto cultural autóctone. Deglutição, assimilação, rejeição, canibalismo, estão na origem dos conceitos de mestiçagem, criouliização, hibridismo, que se contemplam hoje com vigor nas interpretações do Brasil.

80

Entrevista recebida em abril de 2008. Aprovada em maio de 2008.